



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 203

**A REALIDADE SOCIAL É EXTERNA AO INDIVÍDUO? UMA
APROXIMAÇÃO À PESQUISA QUALITATIVA**

Josep Pont Vidal

Belém, Novembro de 2006

A REALIDADE SOCIAL É EXTERNA AO INDIVÍDUO? UMA APROXIMAÇÃO À PESQUISA QUALITATIVA

Josep Pont Vidal¹

RESUMO: Este texto constitui uma introdução e é orientado, pedagogicamente, aos alunos que querem iniciar uma investigação científica. Centra-se em torno de uma questão fundamental nas Ciências Sociais e Humanas, que faz referência à ação humana frente à estrutura social. O objetivo é oferecer uma introdução operativa, que facilite o trabalho didático de cada aluno no momento de se iniciar a pesquisa. Para os cientistas sociais e pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento e interdisciplinares, a resposta a estes pressupostos e concepções tem conseqüências no momento de se optar por um método determinado que irá influenciar a metodologia utilizada. A questão exposta se estuda de forma analítica a partir dos aspectos ontológicos e epistemológicos, assim como dos paradigmas operativos. Frente às questões expostas e dilemas, se propõem diferentes caminhos epistemológicos, como a volta ao ator social e à “dualidade da estrutura”.

PALAVRAS-CHAVES - Epistemologia, orientações compreensivas, fenomenologia, materialismo histórico-dialético e paradigmas de investigação.

ABSTRACT - The introductory writing and oriented pedagogically the students whom they love to initiate a scientific research, is centered around a fundamental question in Social and Human Sciences, that reference to the human action does forehead to the social structure. The objective is to offer an operative introduction that facilitates the didactic work of each student at the moment for initiating an investigation. For the social and investigating scientists of different areas from knowledge and the investigation to interdisciplinary, the answer to these assumptions and conceptions have consequences at the time of deciding on a certain method that will influence in the used method and the methodology. The raised question is analyzed of analytical form from the aspects ontological, and epistemological, as well as with the operative paradigms. As opposed to the raised questions dilemma different epistemological ways set out, like the return to the actor and the “duality of the structure”.

KEYWORDS - Epistemology, comprehensive orientations, phenomenology, historical-dialectic materialism and paradigms of investigation.

¹ Professor Adjunto e Pesquisador do Núcleo Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

PREFÁCIO:**A NECESSÁRIA DISCIPLINA METODOLÓGICA COMO REQUISITO DA CRIATIVIDADE.**

A realidade social é exterior ao indivíduo ou é produto da consciência individual? Esta pergunta básica se formula – ou teria de ser formulada - por qualquer cientista social ou pesquisador no início do seus estudos, e de forma especial, ao começar as suas pesquisas.

Este texto tem como objetivo mostrar a lógica desta questão, a partir de uma reflexão de caráter ontológico e epistemológico, as possibilidades metodológicas, e de método que comporta a opção por uma ou outra resposta. Para responder a esta pergunta, aprofundam-se as contribuições provenientes das correntes construtivistas, especialmente o interacionismo simbólico. Com isso, não se pretende contrapor as correntes pormenorizadas à concepção histórica dialética ou positivista, a não ser expor as possibilidades conceituais destas correntes para alcançar um paradigma teórico de síntese.

Antes de começar a desenvolver o tema, considero necessário esclarecer alguns pressupostos sobre a gênese e a finalidade do texto, que é dividido em três partes. Estes pressupostos fazem referências, em primeiro lugar, à finalidade e estrutura didática do texto; segundo, sobre os aspectos epistemológicos tratados; e terceiro, sobre como se concebem a forma e produção de conhecimento e as possibilidades do paradigma teórico de “síntese”. Este paradigma teórico se apóia nos pontos de vista teóricos e cosmos visões da “dualidade das estruturas” (GIDDENS) e a “subjetivação das estruturas” (BOURDIEU).

A idéia de escrever este texto provém dos cursos de graduação e pós-graduação - incluindo doutorado - em "Métodos e Técnicas de Pesquisa", que ministrei nas universidades da Espanha (Barcelona) e do Brasil durante os últimos anos, das contribuições dos alunos e da necessidade de se explicar questões metodológicas de forma didática. Além disso, as propostas de interdisciplinaridade provenientes dos professores e investigações do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) contribuíram para a escolha do tema abordado neste texto, com a necessidade de se procurar novos paradigmas teóricos que expliquem a complexidade da Região Amazônica a partir de novas formas e tipos de conhecimento. Tudo isso me permitiu refletir sobre as bases do conhecimento científico, e de forma especial, sobre as origens e monopólio atual deste conhecimento por parte de alguns países e universidades.

No momento de se elaborar uma pesquisa, os cientistas sociais têm que optar por uma metodologia que guiará a estratégia de coleta de dados, e em definitivo, de obtenção e criação de conhecimento. Este método corresponde a um extenso debate nas Ciências Sociais e que pode resumir-se da seguinte forma: a opção pelos métodos de obtenção de dados qualitativos ou quantitativos. Escolher um ou outro método - ou até a combinação deles - obedece tão somente a questões práticas ou simples derivadas do conhecimento ou desconhecimento da estatística e das correntes interpretativas - como a fenomenologia - por parte do investigador.

O resultado da “falta de disciplina” ou a “ausência de coerência entre os pressupostos teóricos”, como indica TRIVIÑOS (1995, p. 15), o não aprofundamento em uma ou outra estratégia, de não analisar as correspondentes categorias ou de não seguir a disciplina necessária que se requer em cada pesquisa, é a causa pela qual muitos trabalhos de pesquisa e monografias desviam-se do propósito original, convertendo-se em estudos simplesmente empíricos. Este problema abrange todas as Ciências Sociais e Humanas. O investigador KAMEYAMA (1998, p.73), referindo-se às investigações do mestrado da área de Ciências Sociais e, neste caso à categoria dos assistentes sociais, ressalta como dificuldades mais importantes²:

“Dificuldade em realizar a mediação entre a universalidade, singularidade e particularidade, ou seja, dificuldade de passar de categorias abstratas para objetos reais

² Embora uma análise profunda desta questão ultrapassa os objetivos deste escrito, também constata dificuldades em: “Tendência a utilização de métodos qualitativos, considerando, falsamente, que ou método quantitativo e de caráter positivista, ou porque tem pouco domínio sobre os conhecimentos de estatística”.

e também de construir novas categorias particulares a partir de genéricas. Existe uma grande quantidade de pesquisas que elabora um marco teórico na perspectiva marxista, utilizando categorias de contradição e totalidade, mas no momento da coleta dos dados ou das informações, cai no empirismo. Isto significa que, apesar de utilizar os conceitos e leis gerais do materialismo histórico, na investigação social não aparece a relação dialética entre o sujeito e o objeto, na construção do saber. Tratam-se de produções que se caracterizam como formalistas / empiristas”.

É evidente que este exemplo serve para qualquer tipo de pesquisa na área de Ciências Sociais, já que sempre se precisa delimitar corretamente o objeto de estudo, além de realizar uma correta mediação entre o geral e o particular, entre as categorias correspondentes, sendo esta parte da pesquisa considerada por Bourdieu como “a mais importante”. Não seguir a necessária disciplina comporta – como indica TRIVIÑOS (1995, p. 16) - “citações avulsas e fora de contexto” sendo o resultado um obscuro eclecismo.

O motivo destas linhas se encontra, em parte, em minha experiência descrita anteriormente, mas também na necessidade de oferecer uma introdução que possibilite o trabalho de aprendizagem didática de cada aluno em forma de mapas conceituais e fichas. Trata-se de um texto de caráter introdutório e descritivo que tem como objetivo oferecer uma visão sobre as diversas opções metodológicas existentes e que seja útil aos estudantes na hora de expor as questões básicas de uma pesquisa em Ciências Sociais.

Seguindo os pressupostos formulados por Thomas KUHN, se considera que a pesquisa científica não se orienta tão somente por teorias, mas também por paradigmas. Apoiando-me em diversos autores (HABERMAS, 1968; CRABTREE e MILLER, 1992; GUBA, 1990), exponho, neste texto, os três paradigmas básicos operativos ou de “pesquisa” (CHIZZOTTI, 1991, p.11) no momento de se elaborar um estudo científico e de se obter conhecimento: o positivista ou naturalista; o construcionista ou fenomenológico; e o sócio-crítico ou dialético, ou como ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER (2001, p.133-140) denominam: “construtivismo social”, pós-positivismo” e a “teoria crítica”. Cada um deles corresponde a um método, uma metodologia concreta e a um enfoque de pesquisa (TRIVIÑOS, 1995, p. 30).

Com isso, não se pretende descartar outros paradigmas de pesquisa, como o histórico-dialético e o hermenêutico, sendo que o primeiro se enquadraria dentro do chamado crítico ou dialético. Neste sentido, Edgar MORIN (1998, 2003) aponta a existência da necessidade de se partir do pensamento complexo ou do passo do microsociedade ao macroplanetário (MORIN, 1998), de se procurar diferenciar e não separar, ao mesmo tempo que se pretende reunir formas de pensamentos capazes de interpretar a complexidade das situações e problemas existentes nas sociedades atuais. Neste sentido, Morin propõe o paradigma da “complexidade”, o qual parte de uma “falsa racionalidade”, quer dizer, “a racionalização abstrata e unidimensional” (MORIN, 2003, p.70). Como outros investigadores, Morin realiza uma série de contribuições sobre a necessidade de se repensar o mundo, a pesquisa e a ciência. Cabe, enfatizar, que se trata de paradigmas teóricos ou conceituais que incidem sobre os de pesquisa, embora estes últimos derivam da forma em que se obteve historicamente o conhecimento. Na mesma linha, as investigações do NAEA apontam para a necessidade de se elaborar novos paradigmas teóricos³.

³ Diversas investigações do NAEA constataam a emergência de novos paradigmas teóricos, entre os que destacam: ecodesenvolvimento e procura de ‘novos modelos’ (SACHS, 1992); o desafio da interdisciplinaridade (ARAGON, 1997); sustentabilidade (FRENZL, 1997); integração da sustentabilidade (SPANGENBERG, 1998); ecodesenvolvimento e ecologia (VALERA SUAREZ, 1998); desenvolvimento rural sustentável e desenvolvimento sustentável (COSTA, 1995; BRUSECKE, 1993; HURTIENNE, 2005); enfoques de competitividade sistêmica (HURTIENNE, MESSNER, 1994); relações entre projeto e a região (MATHIS, 1998, p. 14); a irracionalidade do extrativismo vegetal como paradigma de desenvolvimento (OYAMA HAMMA, 1992); ultrapassar na Amazônia uma *approche* quantitativo e construir uma problemática que possa interrogar sobre a natureza do trabalho na Amazônia; uma *demarche* sobre as representações (CASTRO, 1994, p. 15); ação antrópica (CASTRO, 2003, p.125); paradigma da agroecologia (SILVA COSTA, 2006); explorar-lhes ‘potenciais endógenos’; reedificação de uma institucionalidade pública (MONTEIRO, 2005, p. 198), entre outros.

Este texto parte do pressuposto de que a prática profissional dos cientistas sociais é a Região Amazônica, que tem características sociais, culturais e econômicas próprias e que requer umas epistemológicas respostas próprias. Este fato significa não somente desenvolver conceitos e categorias existentes e dar um significado próprio à região e peculiaridade amazônica, mas sim requer, além de impulsionar – em palavras de Souza Santos –, a criação de uma “epistemologia do sul”, posto que os paradigmas, como a ciência, estão historicamente construídos, espacialmente determinados e temporalmente interpretados.

Estreitamente vinculado com o segundo objetivo, e as premissas expostas, aparece a forma em que se constrói o conhecimento. Entretanto, se considerarmos a premissa de que a Região Amazônica requer respostas peculiares, isto não significa não aceitar outras teorias pelo simples feito de terem sido produzidas em contextos sócio-históricos de outros países, mas se analisar a validade destas teorias no momento de se analisar a complexidade social desta região, assim como de dar significados próprios às categorias, já que os instrumentos teóricos não têm fronteiras históricas nem geográficas. Este pressuposto tampouco significa que as universidades e centros de pesquisa tenham como única função transmitir e socializar o conhecimento produzido em outros países, como define o investigador Pedro DEMO (2001, p.35): “Entre os países ditos desenvolvidos (...) os primeiros alimentam condição inequívoca de manejo próprio de conhecimento e, por conta disso, definem as universidades como centros de pesquisa, fundamentalmente, enquanto os segundos importam conhecimento alheio, e a ele se subordinam”.

Superar esta situação significa impulsionar uma mudança epistemológica de profundas conseqüências. O sociólogo Boaventura Souza Santos (2006), referindo-se às regiões dos países do Sul ou “sociedades subalternas”, indica a necessidade de se estabelecer um vínculo complementar entre os conhecimentos científico, altamente racional, instrumental e técnico, e o indígena, estreitamente vinculado ao saber cotidiano das populações que vivem nesta região. Para isso, somente uma revolução epistemológica que possibilite uma “epistemologia do sul”, dos países tradicionalmente marginalizados dos debates científicos, das publicações científicas e das investigações, poderá superá-lo.

Conceber uma pesquisa a partir destes pressupostos equivale a indagar-se sobre uma série de questões de caráter ontológico e epistemológico e da relação entre os seres humanos e seu entorno, condicionando à eleição de cada um destes pressupostos e do seguimento das regras de um determinado paradigma teórico e operativo. Analisam-se as contribuições das denominadas teorias da agência, especialmente as correntes pormenorizadas, como é o interacionismo simbólico. Em forma de conclusões, expõem-se as possibilidades do “paradigma teórico de síntese”.

A REALIDADE SOCIAL É EXTERNA AO INDIVÍDUO?

O ser humano é livre em suas decisões? O que entendemos por realidade? Como nos relacionamos com a realidade? Embora responder a estas questões possa incidir mais no nível filosófico do que o sociológico, a resposta tem conseqüências para a pesquisa nas ciências em geral, e, em particular, nas sociais. A forma em que se interpreta o ser humano em uma pesquisa é um elemento importante que influirá na maneira de se expor os problemas e as questões a serem respondidas como já anunciaram Durkheim e Weber.

No momento de interpretar os fatos e os fenômenos sociais, e, em conseqüência, de expor uma pesquisa ou um estudo interdisciplinar, aparecem questões importantes, interpretadas a partir de diferentes pressupostos de caráter ontológico, os quais marcaram a teoria e a pesquisa sociais. As respostas para a questão "A realidade social é externa ao indivíduo ou é produto da consciência individual?" são as que marcaram mais controvérsias entre os cientistas sociais, já que a forma de se conceber este pressuposto teve - e ainda tem - conseqüências na prática, estratégia, método e paradigma de pesquisa e no tipo de informação e interpretação dos dados que realizará o investigador.

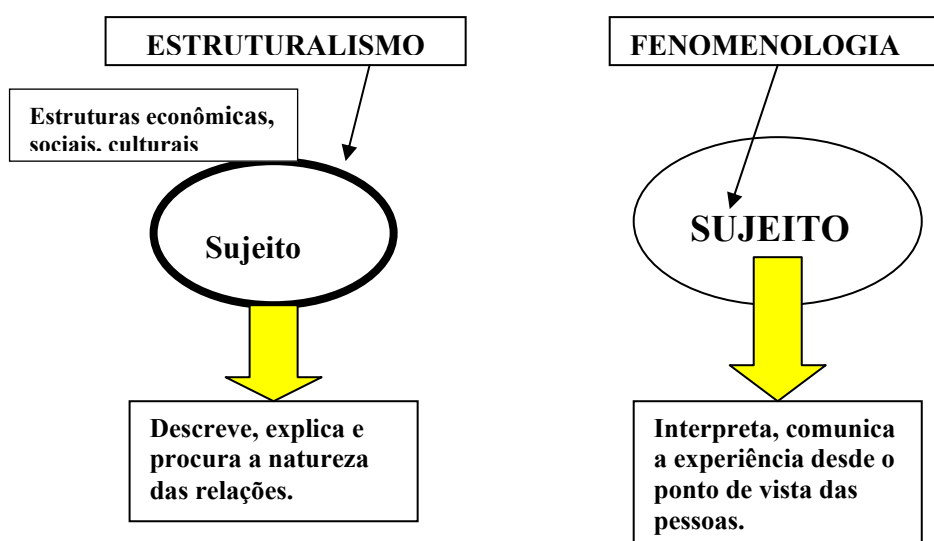
O debate entre o pensamento holístico frente ao assimétrico não é novo. ENGELS (1985, p. 387), nos seus questionamentos sociais e políticos, se perguntava: "O mundo objetivo cria o pensamento ou é o pensamento que cria a matéria?". Na mesma linha, ANDER-EGG (1987, p.45), ao abordar o conhecimento científico da realidade, recomenda partir de um enfoque holístico ou

totalizador. Segundo ANDER-EGG, não é possível passar de uma perspectiva microsocial a uma macrosocial como se tratasse da simples acumulação de dados relevantes, mas parciais, ou de problemas que se juntam e armam a pequenos pedaços para se construir um todo por uma simples soma aritmética. Somente a partir do conhecimento da totalidade se pode avançar a uma compreensão das partes que a compõem e “não inversamente”.

Estas formas de se expor a abordagem científica, já deixam entrever duas formas diferentes de se analisar e se procurar o conhecimento científico da realidade.

Figura 1. Estratégias no momento de se iniciar uma pesquisa

CONTEXTO



Fonte: Elaboração própria

A ATIVIDADE HUMANA

Tradicionalmente, a teoria marxista clássica centrou seu foco de estudo e analisou de forma prioritária as estruturas sociais que causam as desigualdades sociais e, em consequência, a exclusão social e a pobreza, especialmente a que faz referência à exclusão econômica. A teoria marxista clássica partiu da perspectiva estruturalista, quer dizer, é o “sistema”, no caso atual, o neoliberal, que “quer” esta situação de desigualdade. Neste sentido, o ser humano se encontra dentro de uma situação objetiva, a estrutura social – ou em palavras de Max Weber, “uma jaula de ferro”- em que sua ação é determinada por esta estrutura e conseqüentemente limitada. A respeito, explica FALEIROS (1982, p. 60-61): “A história mostra-nos o homem como uma totalidade de relações com o mundo e com outros homens, de acordo com sua situação objetiva na estrutura social. É nessa relação - ou nestas relações - que se constroem os meios e os fins de suas ações”.

Partindo da concepção descrita pelo Faleiros, o ser humano é interpretado a partir de uma situação objetiva dada e de leis que regem sua ação. A categoria central de totalidade compreende as relações entre os homens inseridos dentro de uma situação objetiva da estrutura social, a qual é determinante. Neste sentido, a estrutura social tem um papel predominante na ação dos indivíduos, os quais estão em grande medida determinados pelas estruturas.

Segundo os marxistas estruturais, o estruturalismo deve centrar-se nas estruturas ou sistemas que se formam a partir da interação das relações sociais. Da perspectiva da corrente principal da teoria marxista, esta adota o raciocínio dialético.

Os elementos decisivos nestas leituras, às vezes mecanicistas de Marx, foram a leitura e interpretação, em ocasiões errôneas ou interessadas, do sentido original que deu Marx, dos conceitos de infra-estrutura e superestrutura. Neste sentido, relacionou-se infra-estrutura tão somente às condições econômicas da sociedade: “O nível econômico – a forma em que os homens produzem os bens materiais e as relações que se estabelecem entre eles no processo de produção” (HARNECKER, 1986, p.28). Transformar ou trocar a infra-estrutura teria – segundo a mesma autora - conseqüências diretas para a superestrutura “o nível jurídico-político-ideológico”. Isto supõe acreditar em um reducionismo e um mecanicismo contrário ao que a dialética pressupõe.

Para Marx, o pensamento econômico se fundamenta na atividade humana, sendo o trabalho e as relações sociais o que constituem a infra-estrutura, ou, em suas palavras, “a atividade humana”. A superestrutura é, portanto, o mundo produzido por tal atividade. Segundo Marx, a atividade humana implica uma complexa série de interações entre os seres humanos.

O caráter mecanicista dominou ao explicarem-se estes fenômenos sociais como conseqüência de estrutura de poder burguês e de desigualdade social. As pesquisas sobre a sociedade de caráter não econômico foram, então, insuficientemente analisadas pelos cientistas sociais. As categorias desenvolvidas algumas décadas antes por Gramsci e seu conceito de “società civile” e “arena política” contribuíram com elementos analíticos para a conquista da arena política do estudos da sociedade, em um momento em que a situação de democratização política e conquista de espaços democráticos do Brasil o requeria.

A teoria marxista clássica não deu muita importância ao estudo da atividade humana e o trabalho do ponto de vista da subjetividade. Somente durante a década de 30, a Escola de Frankfurt contribuiu com elementos necessários para analisar o ser humano a partir de outras perspectivas não economicistas ao incorporar os elementos psicológicos e culturais dos mecanismos de dominação capitalista.

As décadas de 70 e 80 marcaram a aparição de outros atores sociais. Os movimentos das feministas, ecologistas e homossexuais, entre outros, não emergiram a partir das contradições econômicas e sociais, mas sim a partir da subjetividade de seus participantes, tendo como conseqüência entre os investigadores o interesse pelo ator e a subjetividade. Este fenômeno expõe e abre um debate sobre a ação e a estrutura, ou dito em outras palavras, sobre o ator principal impulsionador da mudança social nas sociedades avançadas.

POLÍTICA E SUBJETIVIDADE “EM PRIMEIRA PESSOA”.

No final da década de 70 e influenciada pelos movimentos sociais, surgiu, nas universidades californianas, uma nova corrente epistemológica denominada de etnometodologia. A emergência desta corrente se explica a partir do auge do próprio movimento estudantil em muitas cidades mundiais e o lento declinar do movimento operário. Se os estudantes representavam a elite econômica e a burguesia, como se explicar que foram estes os que tentavam promover mudanças sociais e revolucionárias nas universidades? O que acontecia com o agente histórico tradicional como a classe operária? Esta corrente surgiu como resposta à teoria dominante da ação e ao ainda funcionalismo imperante, o qual defendia que as motivações dos atores estão integradas a modelos normativos que regulam as condutas e as apreciações recíprocas. A emergência dos Novos Movimentos Sociais como o feminista, o dos ecologistas o dos pacifistas, que são os três grandes eixos nos que se constituem outros movimentos sociais, como é o caso o dos homossexuais, ou do movimento negro em Brasil, confirmou uma tendência: a política “em primeira pessoa”; a subjetividade através da experiência.

A resposta a este determinismo é oriundo da etnometodologia e de suas origens em Alfred Schütz e no interacionismo simbólico. Terá que se esperar até a década de 60 para que a obra de Schütz seja mundialmente reconhecida, obrigando, em parte, a sua difusão para um público mais amplo por Berger e Luckman com o livro *A Construção Social da Realidade* (1966).

A etnometodologia expõe a relação entre o ator e sua situação, não a partir de conteúdos culturais e de regras e normas, conforme defendia o funcionalismo do Talcott Parsons, mas sim a partir dos processos de interpretação dados pelos atores.

Desde seus inícios, as teorias pormenorizadas ou fenomenológicas, como o interacionismo simbólico ou a etnometodologia, foram sistematicamente questionadas por seu extremo subjetivismo, já que não analisavam as estruturas sociais causadoras das desigualdades. Entretanto, a teoria e prática demonstravam um déficit analítico e instrumental para analisar cada situação particular do ator. Nas sociedades avançadas emergiam fenômenos vinculados a preconceitos de caráter xenofóbico ou racista, sobre as opções sexuais pessoais, a violência doméstica, as diversas opções filosóficas e religiosas, os processos de aculturação, a análise feminista do patriarcado, entre outros. Estes fenômenos foram interpretados a partir da necessidade de se construir uma sociedade socialista na qual não existiriam estas marcas discriminatórias de origens burguesa e capitalista. A realidade da vida cotidiana, da própria evolução das sociedades e das experiências do socialismo real, mostra, entretanto, a insuficiência deste posicionamento.

Dentro das correntes interpretativas como o interacionismo simbólico, situa-se como tema central a influência dos significados e os símbolos sobre a ação e a interação humana. Os interacionistas - como Herbert Blume, por exemplo - opõem-se às teorias sociologistas - em especial ao funcionalismo estrutural - mas também às diferentes correntes estruturalistas⁴ que consideram que a conduta⁵ individual esta determinada por macroforça exteriores ou fatores socio-estruturais tais como o “sistema social”, a “estrutura social”, o “costume”, o “papel social”, os “valores”. Pelo contrário, Wilson LIMA (1999, p.185) afirma:

“Subjetivar, gerar significados e processos de significações é algo efetivamente impalpável, incontornável. Nesse sentido, os humanistas sempre alertaram para sua importância que foi gradativamente sendo mais esquecida pelos modernos processos de exaltação do império cada vez mais imponente da matéria, a ser modulada, pela objetividade (...), se considerava 'superior no processo de conhecimento da modernidade, esqueceram os modernos, em sua ganância de olhar o todo, que um infinito de vida e sensações profundas ficavam de fora de suas órbitas.

Lima enfatiza a subjetivação, entendida como um processo de símbolos e significados como elemento central da formação do ser humano, como contraposta à observação instrumental de caráter positivista. “O mundo da vida cotidiana” e a experiência subjetiva da vida cotidiana, em palavras de Berger e Luckman, são a realidade por excelência, posto que é na intersubjetividade da vida cotidiana onde os seres humanos proporcionam as subjetivações necessárias para sua convivência.

Dentro de uma perspectiva de crítica à regularidade e às leis que determinam as estruturas sociais, Edgar Morin, baseado em Marcel Mauss, analisa os pressupostos e as bases nas que se apóiam as ciências sociais avançadas e pós-industriais (MORIN, 1998, p. 166):

“A sociologia dominante reduz a sociedade à noção de sociedade industrial (ou pós-industrial), circunscreve o singular conceito em monografias descritivas e elimina pura e simplesmente o conhecimento, considerando como o acidente, o contingente que é preciso afastar para conceber a verdadeira realidade social que tem que ver com a repetição, com a regularidade e com a estrutura”.

⁴ Martinez CORTINA (1971) e TAMAMES (1975) assinalam a existência de cinco correntes estruturalistas: estruturalismo lingüístico, cujos representantes são SAUSSURE e CHOMSKY; estruturalismo antropológico (LEVI-STRAUSS), estruturalismo anti-humanista (FOULCAULT), estruturalismo empírico, vinculado a RADCLIFFE-BROWN, e estruturalismo dialético presente já na obra do MARX e ENGELS, mas basicamente na obra do ALTHUSSER, BALIBAR e GODELIER, estruturalismo econômico latino-americano (PREBISCH, FURTADO, SUNKEL e PINTO).

⁵ Neste sentido resulta útil empregar a distinção de MEAD entre conduta encoberta e conduta descoberta. A conduta encoberta é o processo de pensamento que implica símbolos e significados. A conduta aberta é a conduta real de um ator.

De novo, encontramos a necessidade de analisar a sociedade e os fenômenos sociais a partir um conhecimento que não se apóie num determinismo e na redução do conhecimento, no sentido de que um conhecimento do todo sirva como ponto de partida para o conhecimento das partes que o compõem. Morin, pelo contrário, sugere a “necessidade de se recompor o todo“, quer dizer, o questionamento da racionalidade abstrata e unidimensional hegemônica.

O QUE É A REALIDADE SOCIAL? A VISÃO DO SER HUMANO NA PESQUISA

A visão do ser humano na pesquisa varia em cada época, dependendo das questões básicas como: o que é a realidade social? O que são os fatos sociais? Embora estas perguntas apresentem certa similitude, suas respostas variam profundamente e em consequência têm efeitos no método adotado para uma pesquisa. Duas perspectivas podem ser antecipadas: uma perspectiva positivista e outra interpretativa.

A perspectiva positivista se apóia na clássica definição de Durkheim sobre a estratégia de pesquisa, ao definir os fenômenos sociais como “coisas”. Para Durkheim, a tarefa das ciências sociais é descobrir as uniformidades e regularidades da conduta humana que não sejam acidentais. Para analisar estas uniformidades é necessário possuir um “método apropriado à natureza das coisas estudadas e aos requisitos da ciência” (DURKHEIM 1960, p. 9-13). Esta perspectiva científica apoiada na similitude das ciências sociais e naturais se apoiou na aceitação de leis naturais e na necessidade de corroborá-las mediante um processo empírico. A partir desta perspectiva, os sociólogos e cientistas sociais analisam os sistemas sociais, apoiados nas ações das diferentes partes que o compõem. Interpretam-nos a partir da análise das partes, as quais se encontram em conexão e podem ser delimitadas no seu entorno.

As ciências sociais extraíram normalmente suas teorias através de um processo de observação da realidade, elaboração de hipótese, demonstração ou não das mesmas e construção de modelos ou teorias gerais.

O paradigma positivista ou também denominado “naturalista” ofereceu o marco e os limites de análise da realidade como uma “coisa” externa ao indivíduo. Seguindo este paradigma, segundo Lange (1966), este método tem quatro fases básicas:

- a) a observação e delimitação do que vai se estudar;
- b) a abstração ou o processo intelectual no que os fatos mais gerais se destacam;
- c) a concretização progressiva;
- d) a verificação mediante a qual se comprova a veracidade das conclusões extraídas.

Por outro lado, a perspectiva interpretativa, vê a necessidade de compreender as situações particulares por meio dos pormenores da vida prática, além de considerar quão significados os acontecimentos adquirem para as pessoas, posto que “acontecimentos aparentemente idênticos podem possuir significados diferentes consoantes os meios” (HERMAN, 1983).

O ser humano sempre se interessou por compreender a natureza dos fenômenos que lhe envolvem. Para obter este fim, dotou-se de uns meios que podem classificar-se em diferentes categorias. Os cientistas sociais COHEN e MANION (1990, p.23), baseando-se em Mouly, apontam a existência de três meios: *a experiência, o raciocínio e a pesquisa*, embora outros autores (ARNAL, 1996) indicam uma variedade mais ampla de métodos, como o *a priori*, o da tenacidade, o da autoridade e o científico.

Esclarecerei, antes de prosseguir, o que se entende neste escrito por método e por metodologia. De forma simplificada, podemos afirmar que o método faz referência aos procedimentos que utilizam os seres humanos que buscam entender ou explicar algo. Já a partir de uma definição filosófica de Ferreter Mora, podemos falar de método quando se segue um caminho para conseguir um certo fim, proposto previamente como tal, embora diferencie métodos mais gerais dos mais especiais. Como veremos mais adiante, existem diversos métodos para a obtenção de conhecimentos. Numa primeira aproximação obteremos da perspectiva empirista. BONISCH (1970, p.20) define método como:

“Um sistema especial de regras, que se organiza para priorizar a consecução de novos conhecimentos e a prática transformação da realidade... Para oferecer uma explicação do conceito ‘método’ é essencial que ‘método’ marque um processo dirigido para uma determinada finalidade, ou seja, que compreenda um sistema de regras”.

Nesta definição, sobressai uma direção claramente positivista e quantitativa para explicar o conceito, que aparecerá constantemente ao interpretar os fenômenos sociais ao longo da pesquisa.

Por metodologia se entende como “a descrição e análise dos métodos” (BISQUERRA, 1989, p.55), quer dizer, refere-se ao estudo dos métodos de pesquisa. Em uma pesquisa a metodologia pode ser qualitativa, quantitativa ou uma combinação de ambas. Entre os cientistas sociais não existe unanimidade em relação às formas de obtenção de conhecimento. Enquanto que alguns autores falam de “método” outros preferem utilizar a palavra “via de acesso” à realidade social (BELTRÁN, 1985).

Nas categorias anteriormente propostas, a primeira compõe o método da *experiência* e se baseia na aquisição de conhecimento a partir das fontes de informação que se obtém. Dentro desta categoria que podemos chamar não científica, encontram-se também os métodos da tenacidade, da autoridade e o a priori. O método da tenacidade consiste na aprendizagem a partir da própria experiência. A forma em que um mecânico inexperiente se converte em um perito é devido, na maioria dos casos, à aprendizagem contínua a partir de seus próprios enganos. Já o método a priori consiste em aceitar como válidas aquelas verdades que parecem evidentes à razão por si mesmas. Assim mesmo, aparece uma importante questão neste método, pois a expressão “concordar com a razão” não significa necessariamente que esta razão se apóie na experiência e, portanto, a razão de quem? Suficientes experiências históricas nos mostram que a “razão” do poder não é necessariamente a “razão” científica, a não ser a razão de um determinado poder.

Entretanto, o conhecimento científico é tributário da ideologia e da filosofia. A religião, a economia, a política e outros fatores extracientíficos são fontes nas que se apóia o conhecimento científico. Por conseguinte, ao conceber a ciência como conhecimento científico, significa que partimos do pressuposto de que tem suas origens ou raízes filosóficas ou ideológicas. Se faz necessário estabelecer uma ruptura entre os saberes que se podem denominar comuns e os saberes científicos. A sociologia do conhecimento teria como uma das funções determinar esta divisão perguntando-se sobre as condições sociais existentes que influem e condicionam esta ruptura entre o conhecimento espontâneo, o ideológico e o propriamente científico.

A segunda categoria mediante a qual o ser humano tenta entender o mundo que lhe rodeia é o *raciocínio*. Esta categoria se refere aos métodos que se podem aplicar à ciência. Não existe um consenso uniforme sobre a tipologia e número destes métodos, já que cada autor indica uma série de métodos. Assim, enquanto alguns autores reduzem a três o número de métodos, outros autores defendem a existência de muitos mais métodos. Vejamos alguns exemplos:

ANDER-EGG (1987) aponta que “a noção de método abrange vários significados”, indicando a existência de métodos filosóficos, posto que “se trata da acepção mas geral e global do termo, e com o que se faz referência ao conjunto de atividades intelectuais que (...) estabelece os procedimentos lógicos, forma de raciocinar, regras etc. que permitem o acesso à realidade a captar”.

McGUIGAN (1977, p.359) e MEYER (1981, p.31) afirmam a existência de três tipos diferentes: o raciocínio dedutivo, o raciocínio indutivo e o raciocínio indutivo-dedutivo ou hipotético dedutivo. Nesta linha, Vidal VILA e Martinez PEINADO (1987) além do método hipotético-dedutivo e o indutivo, indicam a existência do método analógico e do histórico dialético.

Por outro lado, outra corrente de autores (PARENTE LEITE, 2001) indica a existência dos seguintes métodos: indutivo, dedutivo, experimental de observação, fenomenológico, sistêmico, existencial hermenêutico, histórico, estudo de caso, metafísico e dialético. Neste nível puramente filosófico menciona os métodos: intuitivo, dialético, transcendental, fenomenológico, semiótico, axiomático, redutivo, genérico, formalista, por demonstração, por definição, indutivo, dedutivo, analítico, sintético e experimental (ANDER-EGG, 1987, p.41), outros autores defendem a existência dos métodos crítico-racional, quantitativo, qualitativo, comparativo e histórico (BELTRAN, 1985). O autor deste estudo se apóia na existência de três métodos principais que podem ser aplicados à ciência

A *pesquisa* é o terceiro meio pelo qual o ser humano tenta descobrir as leis e os fenômenos do mundo que o rodeia. A pesquisa tem umas características que as distinguem dos outros métodos: é

sistemática, controlada, empírica e combina a experiência e o raciocínio. Neste sentido, aparecem novamente duas concepções opostas:

Por um lado, uma concepção que se apóia nas ciências naturais, as quais devem servir de modelo para as ciências sociais e, por este motivo, devem preocupar-se em descobrir as leis universais que regulam o comportamento humano⁶. Por outro lado, uma concepção que se centra na análise do comportamento humano e em como as pessoas dão significado a suas interações. Estas duas visões das ciências sociais têm conseqüências ao analisar e interpretar a realidade, o que em filosofia se entende como o debate nominalista-realista.

Os pressupostos em que se apóiam estas concepções do mundo social podemos classificar em três conjuntos (BURELL e MORGAN, 1979; COHEN e MANION, 1990): o ontológico, o epistemológico e o metodológico.

Do pressuposto ontológico que faz referência à natureza dos fenômenos sociais, aparece a questão fundamental: a realidade social é externa ao indivíduo ou é produto da consciência individual? A forma de conceber estes pressupostos tem conseqüências para a pesquisa.

Do pressuposto epistemológico, o debate parte das bases sobre como se pode adquirir e comunicar o conhecimento. Assim, por um lado, alguns autores se perguntam se é possível identificar a natureza do conhecimento, por ser a mesma difícil, enquanto que outros se perguntam se o conhecimento é de uma “classe” mais subjetiva, espiritual, apoiado na experiência e sendo essencialmente pessoal.

Finalmente, o terceiro pressuposto faz referência à relação entre os seres humanos e o entorno. Para as ciências humanas e sociais, estes pressupostos são essenciais, já que nestas duas visões extremas da relação entre dois seres humanos e seu entorno se identifica um grande debate filosófico e sociológico. De um lado, os defensores do determinismo. Do outro, os do voluntarismo. Enquanto existirem teorias que se adiram a cada um dos extremos, os pressupostos de muitos cientistas sociais se encontram cravados entre os dois.

Os citados conjuntos de pressupostos têm implicações diretas quanto à metodologia utilizada pelo investigador. Os investigadores que utilizam uma interpretação “objetiva” do fenômeno a estudar, trabalham, basicamente, com o método experimental de pesquisa, enquanto que os que tenham uma visão mais subjetiva do mundo social utilizam técnicas e métodos como a observação participante.

Para finalizar este item, considero necessário mencionar, como indicam alguns autores, os riscos da “homogeneização e do imperialismo epistemológico” (MOURA VASCONCELOS, 2002). Diferentes cientistas sociais (BONISCH, 1970; FRIEDRICH, 1980) vêem uma estreita conexão entre o problema, os métodos utilizados e a construção teórica como um conhecimento sistematizador da metodologia. BONISCH (1970, p.20-25), em uma perspectiva histórica dialética e claramente positivista, aponta o seguinte problema: “A análise da forma teórica de atuar e do conhecimento e as atividades práticas das pessoas compreendem, nesta forma de atuar, leis, regras, normas, assim como sua estrutura teórica e lógica do conhecimento”.

Entre os cientistas que estudam o fenômeno educativo, a controvérsia gira ao redor dos pressupostos anteriormente citados. Da perspectiva positivista racionalista e quantitativa, apoiada na tradição da ciência e vinculada aos empiristas e teóricos como Mill, Durkheim e Popper, desenvolveu-se uma escola filosófica que defende determinados pressupostos da concepção do mundo e da forma de conhecimento (LATORRE; ARNAL, 1996, p.40).

O paradigma normativo se caracteriza por duas idéias principais ou hipóteses: por um lado, mantém que a interação social está regida por um sistema de regras; por outro lado, a explicação sociológica é educativa, de forma similar nas ciências sociais. As interações dos indivíduos são determinadas pelas funções, as previsões e o status de cada um dos participantes. A segunda hipótese deste paradigma é que a análise da ação social teria que seguir o modelo dedutivo das ciências sociais. Os campos de estudo foram, basicamente, o planejamento educativo, a avaliação e os determinantes do rendimento educativo.

Não obstante, as hipóteses mencionadas possuem pontos fracos. As ações não sempre têm um significado estável, pois estas devem ser reinterpretadas no processo de interpretação. A interação passa a ser concebida como um processo de interpretação que permite aos atores comunicar-se e

⁶ Um exemplo de lei universal pode ser a teoria da agressividade.

manter ativos seus intercâmbios, interpretando sua linguagem e seus atos. O cientista social BRUNNER (1990, p.132) escreve:

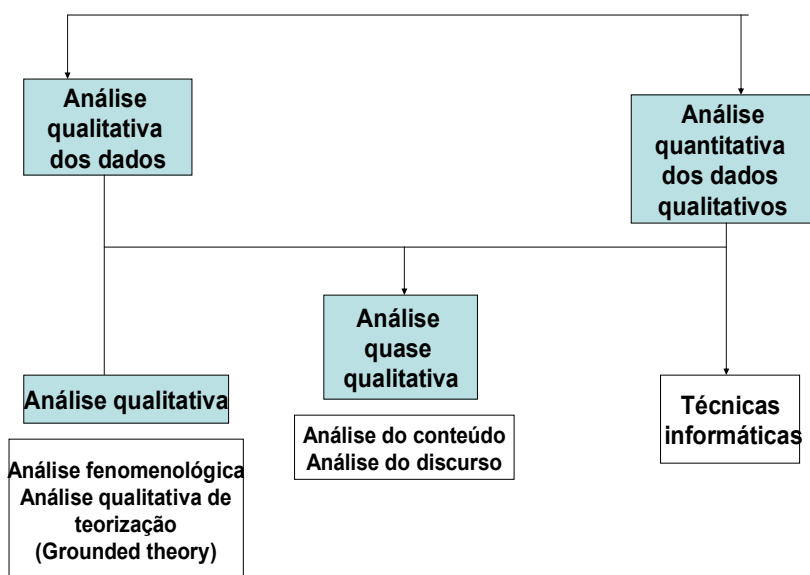
"A metodologia da causalidade não pode captar a riqueza social e pessoal das vidas que transcorrem em uma cultura; podem apenas sondar sua profundidade histórica. Os psicólogos só podem fazer justiça ao mundo da cultura mediante a aplicação da interpretação. (...) Nem as explicações causais mais poderosas da condição humana podem ter sentido e plausibilidade, sem ser interpretadas à luz do mundo simbólico que constitui a cultura humana".

Assim, pode-se compreender e interpretar a complexidade das ações e interações humanas e a visão positivista dos fenômenos sociais? A realidade social é um elemento externo ao ser humano? Uma primeira resposta a esta pergunta aparece com os estudos da Escola de Chicago (EUA) no começo da década de 30. Estes estudos se caracterizam por sua resistência às teorias globalizadas, dando ênfase aos conhecimentos práticos e observação diretos. Howard BECKER (1986, p.105), inspirado no interacionismo simbólico, escreve:

"Para entender a conduta de um indivíduo, devemos conhecer como percebia a situação, os obstáculos aos que acreditava ter que enfrentar-se, as alternativas que lhe ofereciam; só poderemos compreender os efeitos do campo de possibilidades, das subculturas da delinqüência, das normas sociais e de outras explicações de comportamento usualmente invocadas se as consideramos do ponto de vista do ator".

Os posicionamentos epistemológicos descritos refletem duas grandes correntes metodológicas. Na atualidade, podemos afirmar que tem lugar um "conflito metodológico" com uma numerosa publicação de escritos de caráter epistemológico, metodológico e técnico, que defendem uma e outra metodologia qualitativa e quantitativa. Alguns autores vêem que este conflito é falso e se trata somente de uma "falácia" (COOK; REINHARDT, 1997). Os intentos para superar esta discussão, como a proposta de "combinação qualitativa-quantitativa" (COOK; REINHARDT, 1997), as contribuições do campo da economia à teoria fenomenológica (ERZRODT, 2000, p.761-783) ou a síntese metodológica, qualitativa e quantitativa, dos desenhos observacionais (ANGERA, 1989, p.135-160), tiveram adeptos e detratores.

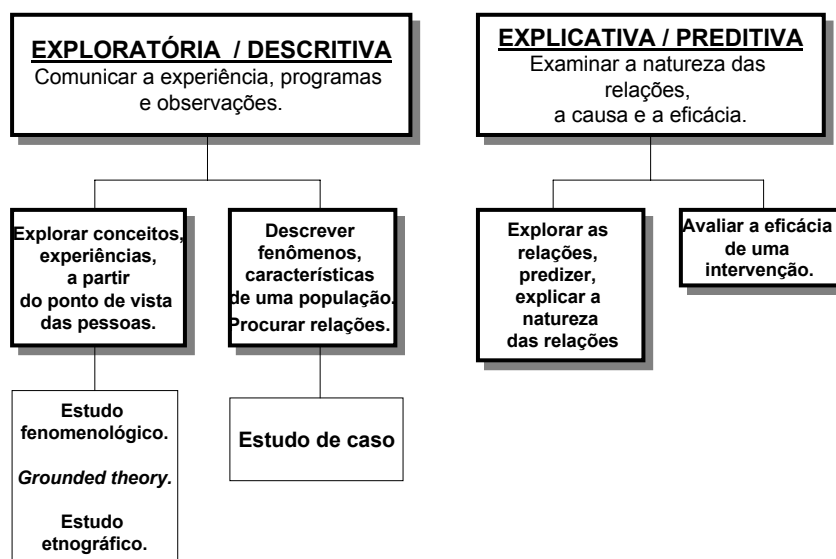
Figura 2. Análise dos dados qualitativos



Fonte: Elaboração própria

Apesar de tudo, o papel central do ser humano, em suas interações e interpretação das ações, só se pode compreender em toda sua amplitude com uma pesquisa indutiva, orientada e apoiada na fenomenologia. Entretanto, a pesquisa apoiada nesta corrente filosófica só se utiliza em pouco mais de 10% de todas as investigações, como aponta ADORNO (1962, p.251):

“A totalidade social não leva nenhuma vida própria por cima do que compreende, daquilo em que consiste. Produz-se e se reproduz através de seus momentos particulares... Nem o todo pode ser isolado da vida, da cooperação e do antagonismo de seus elementos, nem tampouco pode entender o funcionamento de nenhum elemento sem ter presente o todo, que tem sua essência no movimento do particular”.

Figura 4. Classificação das pesquisas segundo a finalidade

Fonte: Elaboração própria

OS PARADIGMAS DE PESQUISA.

Com que elementos metodológicos e ontológicos se pesquisa? A pesquisa no mundo atual se caracteriza por uma multiplicidade de paradigmas, que tentam oferecer uns modelos operativos à multiplicidade de pontos de vista teóricos e de problemas e temáticas que se expõem. Antes de prosseguir neste tema, considero necessário definir o que entendemos neste contexto por paradigma operativo. Um paradigma é uma proposição, uma lei ou todo um corpo de conhecimentos sobre o qual se desenvolve a atividade da comunidade científica que compartilha uma ciência normal. KUHN o define da seguinte forma (1991, 34):

“O estudo dos paradigmas (...) é o que prepara principalmente o estudante para fazer parte como membro da comunidade científica com a qual trabalhará mais tarde... Os homens - cuja pesquisa se apóia em paradigmas compartilhados - estão sujeitos as mesmas regras e normas para a prática científica”.

Entendemos neste contexto como paradigma operativo, um conjunto de leis, conceitos e modelos para a validação das teorias, e que se constituem “soluções concretas de problemas que os estudantes encontram desde o início de sua educação científica, seja nos laboratórios, exames, ou no fim dos capítulos dos manuais científicos”. (KUHN, 1962/1970, p. 232).

Para o desenvolvimento da ciência, a necessária presença de paradigmas compartilhados pode ter também aspectos negativos. A aceitação acrítica dos paradigmas sobre os quais se apóia uma ciência pode conduzir a uma falta de crítica ou inclusive a um "estancamento". O paradigma compartilhado permite a observação de um campo concreto, mas perde por sua vez em visão de conjunto. Thomas Kuhn indicou que esta situação deu lugar a intercâmbios substanciais na história da ciência, às denominadas “revoluções científicas” (1991, 34): “(As) transformações dos paradigmas (...) são revoluções científicas e a transição sucessiva de um paradigma a outro por meio de uma revolução é o padrão usual de desenvolvimento de uma ciência amadurecida”.

O surgimento e o desenvolvimento de novos paradigmas marcam as representações da sociedade “moderna” e “pós-moderna”, tais como o “paradigma dissoluto” (FOCINHA, 1992) e o “paradigma relacional” (DONATI, 1993). Como paradigmas que surgem na dissolução do conceito de pós-modernidade, embora se fundamentem nela, o sociólogo sistêmico Niklas Luhmann anuncia a existência do “paradigma comunicativo”.

Nos dois últimos decênios, apareceram numerosas contribuições epistemológicas que ultrapassaram a classificação dos dois paradigmas tradicionalmente contrapostos na maioria de manuais: o “positivista”, chamado também “prevalente” ou “clássico”, e o “emergente”, que se estuda nos manuais de metodologia como “alternativo” ou “construtivista”. São numerosos os autores que apontam a existência de três, quatro, e inclusive mais paradigmas. Nesta classificação dicotômica, devemos mencionar a Sociologia de DENZIN e LINCOLN (1994, p. 357) e, na Espanha, IBÁÑEZ (1985), e na versão de três paradigmas, HABERMAS (1968), GUBA (1990), CRABTREE e MILLER (1992).

A diferença da definição de Kuhn, Crabtree e Miller demarca o paradigma desde caracterizações ontológicas, epistemológicas e metodológicas: “Um paradigma representa um conjunto entremeadado de pressupostos que concernem à realidade (ontologia), conhecimento desta realidade (epistemologia) e às formas particulares para conhecer a respeito desta realidade (metodologia)” (CRABTREE e MILLER, 1992, p.8). Da mesma forma, Crabtree e Miller defendem que o cientista utilize o paradigma e o método adequados segundo o objeto de estudo: “Cada investigador deve decidir que pressupostos são aceitáveis e apropriados para o tema de interesse e depois utilizar métodos consequentes com o paradigma selecionado” (CRABTREE e MILLER, 1992, p.8). Finalmente, entre os que sustentam a existência de quatro ou mais paradigmas, encontramos Guba e Lincoln (1994).

As sociedades atuais marcadas pelas rápidas mudanças e pela complexidade de soluções necessitam de paradigmas de pesquisa capazes de abranger estas transformações e os riscos que estes comportam para a humanidade. Apropriando-se da noção kuhniana de paradigma, o pensador e sociólogo Edgar Morin denomina “paradigma da complexidade” como contraposição ao “paradigma da simplicidade”, hegemônico na sociedade ocidental, o qual suporta por sua vez problemas como:

- a) Disjunção e especialização datada, quer dizer, o paradigma cartesiano coloca, de um lado, o mundo de objetos submetidos à observação e experimentação que fragmentaram o mundo “objetivo” em unidades mais simples para seu exame, e de outro, o mundo de sujeitos representados por sua característica de pensamento e consciência;
- b) Redução: o princípio de redução restringe o disperso e o complexo dos processos humanos e planetários ao simples, quer seja por meio de uma lógica mecânica e determinista de exclusão de tudo aquilo que não seja quantificável e mensurável como as emoções e o inconsciente;
- c) Abstração: o pensamento simplificador e incapaz de conceber uma conjunção complexa do um ao múltiplo ao unificar abstratamente em totalidades ou holismos que anulam a diversidade (Morin, 1990/1991 cit. VASCONCELOS, p.61).

Morin nos mostra a necessidade de analisar a complexidade de nossas sociedades a partir de um conhecimento interativo e interreativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto como as partes de um todo e as partes entre si. Diferentes ciências como, por exemplo, a economia, a sociologia e a psicologia têm que realizar um esforço para criar novamente um modelo de análise interdependente e interativo.

A MICROSOCIOLOGIA: O MUNDO DA VIDA COTIDIANA.

Neste texto, parto da tese de Brunner, segundo a qual uma pesquisa que pretenda abordar a complexidade e a riqueza da sociedade pressupõe uma visão epistemológica determinada, que ultrapassa o estreito caminho positivista da ciência. A crítica ao reducionismo positivista e à “explicação causal”. BRUNNER (1990, p. 32) descreve esta metodologia:

“A metodologia da causalidade não pode captar a riqueza social e pessoal das vidas que transcorrem em uma cultura, nem tão somente começar a sondar sua profundidade histórica. Os psicólogos só podem fazer justiça ao mundo da cultura mediante a aplicação da interpretação (...) Nem as explicações causais mais poderosas da condição humana podem ter sentido e plausibilidade sem ser interpretada à luz do mundo simbólico que constitui a cultura humana”.

Partindo da crítica de Brunner à metodologia da causalidade, é Alfred Schutz, inspirando-se na filosofia do Edmund Husserl, quem concretiza e analisa a realidade social a partir da subjetividade. Um primeiro aspecto faz referência à forma de compreender a realidade social. SCHUTZ (1987) descreve a realidade social da seguinte forma:

“A soma total dos objetos e conhecimentos do mundo cultural e social, vivido pela mentalidade de sentido comum de uns homens que vivem juntos numerosas relações de interação, é o mundo dos objetos culturais e das instituições sociais nas que nascemos, conhecemos-nos... Desde o começo, nós os atores da cena social, vivemos o mundo como um mundo de cultura e de natureza ao mesmo tempo, não como um mundo privado, mas intersubjetivo, quer dizer, que é comum a todos nós, que nos é dado ou que é potencialmente acessível para cada um de nós; isto implica a intercomunicação e a linguagem”.

Desta explicação se pode extrair uma série de elementos. Em primeiro lugar, a importância dada ao mundo cultural, construído a partir da intersubjetividade estabelecida e compartilhada entre os indivíduos. Em segundo lugar, a importância dada à linguagem e à comunicação como elementos para estabelecer esta intersubjetividade. Partindo desta perspectiva, podemos analisá-la a partir de um nível ontológico e um nível epistemológico.

De ordem ontológica, embora se interprete uma realidade social externa a cada indivíduo, é o ser que vive e interpreta esta realidade social. Esta perspectiva de análise permite analisar fenômenos sociais e condutas individuais como a visão do mundo das minorias étnicas ou das mulheres. De ordem epistemológica, um elemento essencial é o papel do investigador. Este, sem perder a objetividade, terá que ver o conhecimento como pessoal, subjetivo e único. BERGER e LUCKMANN (1973) definem-na como:

“A intersubjetividade existe no presente vivido em que nos encontramos e nos escutamos uns aos outros, compartilhamos o mesmo tempo e espaço com outros. Esta simultaneidade e a essência da intersubjetividade significam que capto a subjetividade do alter ego ao mesmo tempo que vivo no meu próprio fluxo de consciência (...) E esta captação recíproca de mim faz possível nosso ser conjunto no mundo”.

Entretanto, a perspectiva interpretativa, representada por sociólogos como Schutz, Berger e Luckmann, mostrou, desde o início, uma prioridade pelo mundo da vida cotidiana a partir da subjetividade, apoiando-se em princípios básicos como:

- 1) A realidade do estudo, das objetivações dos processos e dos significados subjetivos a partir dos quais se constrói o mundo do sentido comum;

- 2) O mundo criado pelos pensamentos e pelos atos;
- 3) A realidade com que cada membro da sociedade define sua vida individual. O interacionismo simbólico interpreta a realidade da vida cotidiana como um mundo construído a partir da interação entre homens e mulheres (BERGER e LUCKMANN, 1973, p. 40): “A realidade da vida cotidiana, além disso, apresenta-se a mim como um mundo intersubjetivo, um mundo de que participo junto com outros homens. Esta intersubjetividade diferencia nitidamente a vida cotidiana de outras realidades das quais tenho consciência”.

Neste sentido, as correntes interpretativas contribuem ao cientista social com categorias tais como (quadro 1): mundo de vida, o *self*, a subjetividade, a intersubjetividade, a reflexividade, a indexicalidade, as tipologias, entre outras. São categorias do tipo de conhecimento *DELTA*⁷.

⁷ Sobre os tipos de conhecimento: PONT VIDAL, Josep. “Serviço Social: Consumidor ou produtor de conhecimentos? *TRILHAS*, jan / fev. Belém, UNAMA, 2007.

Quadro 1. Esquema simplificado dos conceitos e categorias mais destacadas da macro e microsociologia

	ALGUNS CONCEITOS CENTRAIS	ALGUNAS CATEGORIAS	CORRENTES ESCOLAS/ AUTORES
MACROSOCIOLOGIA - Estudo dos grupos, organizações e sistemas em grande escala. - Análise da ação racional das organizações, atores, movimentos sociais e políticas.	Estruturas sociais Institucionalização Ação social Função e manutenção do sistema <i>Imput – Output</i> Retroalimentação Sinergia	Classe social Exclusão Mobilização dos recursos Movimentos sociais organizados	Teoria funcional-estruturalista Funcionalismo (T.PARSONS) Teoria sistêmica (N.LUHMANN)
	Emancipação, alinação, consciência, sociedade sem classes Teoria e prática Emancipação, crítica à ideologia	Cultura Cidadania Poder Interação entre poder e cultura Trabalho Pobreza	Marxismo (K.MARX) Neomarxismo e Teoria crítica-dialética Basicamente “Escola de São Paulo”
MICROSOCIOLOGIA - Estudo do comportamento cotidiano em situações de interação direta. - Análise das ações e interações dos atores individuais e a construção social dos fenômenos por parte destes atores. Atores e a vida cotidiana.	Atores e a vida cotidiana Subjetividade Linguagem Mundo de vida <i>Self</i> Subjetividade Intersubjetividade Reflexividade Símbolos	Interações sociais Construção social do preconceito: discriminação racial, construção da masculinidade, doenças, deficiências físicas, diferenças étnicas. Categorias provenientes da interação dos atores na vida cotidiana.	Fenomenologia (A.SCHUTZ) Interacionismo simbólico (P.BERGER y Th.LUCKMANN, H.BLUMER, G. HOMANS) Basicamente: “Escola de Rio de Janeiro”
	Indexicalidade Estruturas que constituem a base dos fenômenos Conhecimento cotidiano Linguagem	Linguagem Análise do discurso e dos significados Jogo de dados pelos interlocutores	Etnometodologia (H.GARFINKEL)

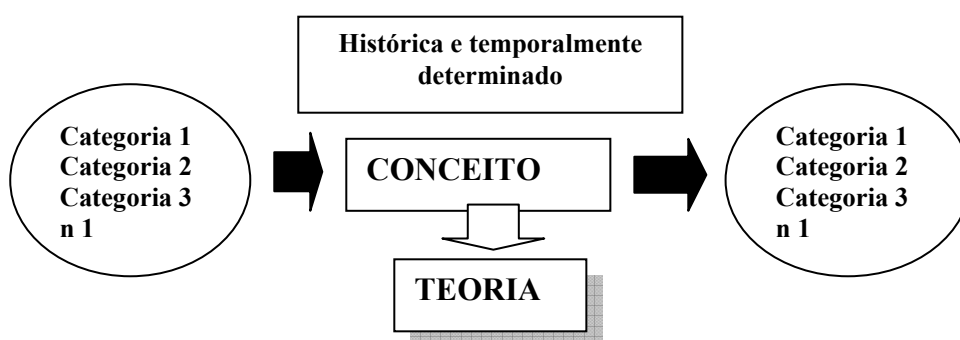
Elaboração própria

Para concluir esta parte, considero necessário realizar uma elucidação entre “conceito” e “categoria”. A categoria é elemento fundamental em uma ciência, a qual orienta na precisão do significado ao determinar as relações existentes. Trata-se de um termo associado à classificação, divisão, tipologia e taxonomia. É essencial para a formulação de uma hipótese. Uma categoria está

historicamente e temporalmente determinada, posto que pode ter diferentes significados segundo o momento histórico em que foi formulada. Desta forma, são conceitos básicos em sociologia: a ação social, ator, anomia, mudança social, conflito, desigualdade social, grupos sociais, função e instituição (para outros paradigmas: HILLMANN; PONT VIDAL, 2001).

Por outro lado, as categorias são ferramentas do pensamento e da razão e implicam que toda apropriação cognitiva é independente de qualquer lógica determinista. Neste sentido, poderíamos afirmar que um conjunto de categorias forma um conceito, do qual, por sua vez, deriva uma série de categorias (figura 5).

Figura 4. A formação do conceito e das categorias



Elaboração própria

PARA “DUALIZAR AS ESTRUTURAS”

O debate teórico sobre a estrutura social como elemento para a formação da consciência individual e social, e, em consequência para a ação individual e coletiva por parte dos indivíduos e as classes sociais, leva-nos ao confronto entre "neoweberianos" e "neomarxistas". O contraste é entre a flexibilidade dos primeiros e a rigidez dos segundos. Neste sentido, ainda não resulta com pontos de vista diferentes sobre a relação entre a estratificação social e a base social da classe, e por outro lado, os movimentos sociais e a ação política.

Em contraposição às colocações "weberianas", segundo as quais o ser humano é livre, sempre, porém, dentro de uma "jaula de ferro", as colocações "tayloristas" e "fordistas" mostram que o trabalhador se encontra preso na "quadriculada e monótona divisão do trabalho". Diversos cientistas sociais (GIDDENS, 1979; BOURDIEU, 1989) tentaram buscar uma resposta que resolva esta questão. Bourdieu aborda o dilema a partir da "subjettivação das estruturas", enquanto que Giddens adota a "dualização das estruturas", a partir do seguinte pressuposto: "Todos os atores sociais possuem um conhecimento elevado das condições e consequências do que fazem em sua vida cotidiana" (GIDDENS, 1984, p.281-284).

Já em seus primeiros trabalhos, Giddens (1979) distancia-se da concepção estrita estrutural-funcionalista ainda imperante e defende a tese da não existência de estruturas no tempo e no espaço, mas sim como momentos na constituição dos sistemas sociais entendidos como um conjunto de pautas regularizadas de interação entre os indivíduos e os grupos estruturados por uma série de normas e de recursos que, compreendidos na própria estrutura, são as propriedades das estruturas dos sistemas sociais. Na medida em que as práticas ou pautas regularizadas da ação - seja a individual ou coletiva -, estejam estruturadas por normas que se aprofundam no tempo e o espaço, pode-se falar das instituições. Estas são, neste sentido, agregações das práticas que constituem os sistemas sociais.

Os elementos da fenomenologia e o interacionismo simbólico sustentam que as pessoas sempre podem se esquivar das relações de autoridade, posto que o indivíduo em sua vida cotidiana ou em seu “mundo de vida” constrói suas próprias relações sociais. É consciente, entretanto, do peso construtivo das estruturas sobre os indivíduos em três aspectos. Em primeiro lugar, a constrição material, que deriva do caráter do mundo físico e do próprio corpo. Segundo, a constrição ligada às sanções, ou seja, às respostas punitivas e sancionadoras que realizam uns agentes sobre outros. Terceiro, a constrição estrutural, derivada do contexto da ação e das propriedades estruturais frente aos atores. Parte-se da premissa de que a estrutura não tem que se identificar com a coação. Esta premissa argumenta a partir de três aspectos:

- 1) A estrutura é entendida como um elemento que constri os indivíduos, mas também como um elemento que facilita a ação.
- 2) Não deve estabelecer uma identificação que leve a uma distinção entre a ação e a estrutura, um vínculo a diferentes níveis macrosociológicos e microsociológicos.
- 3) A ação não pode vincular-se automaticamente com as intenções, entendendo a ação como a capacidade que têm os indivíduos para fazer coisas.

Esta teoria se complementa mais tarde com sua teoria da estruturação, em que pretende conciliar a ação social - entendida como a ação individual - com as dimensões coletivas da vida social, através da chamada dualidade da estrutura. Para isso, parte da premissa de que a estrutura não tem que se identificar com a coação. A constituição da vida social das pessoas é um processo ativo, que as mesmas levam a cabo e que consiste no fazer destes sujeitos ativos, mas que no resultado mecânico da reprodução de relações e práticas sociais. A “dualidade da estrutura” significa que as estruturas sociais se constituem pela atuação ou a ação humana, uma vez que sucedem o meio da constituição de estruturas. Em outras palavras, as estruturas sociais se constituem através da ação dos indivíduos e, reciprocamente, os indivíduos se constituem a partir das estruturas sociais. Isto é o que configura a estruturação das práticas sociais ou praxis social.

A “dualidade” (GIDDENS 1976, p.121) consiste em que as estruturas sociais se constituem pela atuação social e, por sua vez, são o meio através do qual se reconstituem estas atividades e produz-se a constituição da vida social. Cada ato de produção é, ao mesmo tempo, um ato de reprodução posto que as estruturas se transformam e modificam. A “dualidade da estrutura” consta de duas partes. Por um lado, a ação social, que parte da idéia de que os seres humanos são atores com propósitos e intenções concretas que conhecem sempre o porquê, e a ação que realizam. Por outro lado, os agentes sociais atuam em contextos sociais que são, por sua vez, a extensão de suas atividades. Em definitiva, a estrutura é entendida não como algo externo e fora da ação humana, mas sim existe em e através das ações e atividades dos agentes sociais.

A ação humana está relacionada profundamente com a atividade subjetiva que realiza o ser humano na sociedade, de tal forma que o voluntarismo e o determinismo têm um papel secundário. GIDDENS (1984, p.281-284) assinala os pontos seguintes que definem a estruturação:

- 1) Todos os seres humanos são capazes de conhecer, quer dizer, todos os atores sociais possuem um conhecimento elevado das condições e conseqüências do que fazem em sua vida cotidiana (...) Os atores são capazes de dar explicações de sua conduta.
- 2) O estudo da vida cotidiana faz parte integral da análise da reprodução das práticas institucionalizadas.
- 3) O estudo do poder não pode contemplar-se como uma consideração de segunda ordem nas ciências sociais (...) O poder é o meio de conseguir que se façam as coisas e, como tal, está diretamente comprometido na ação humana.

Por sua parte, BOURDIEU (1989, p.15), inspirando-se na fenomenologia de Schultz, Berger e Luckmann (1995), abre um novo horizonte metodológico, ao ultrapassar os limites de um subjetivismo radical, e o pretendido objetivismo das estruturas, para vincular ao ser humano, dentro de um contexto histórico e em uma organização social concreta que determinam, em parte, seus comportamentos. Mostra-se a favor de um estruturalismo que não esquece o agente ou o indivíduo concreto: “Por um lado, as estruturas objetivas (...) constituem as restrições estruturais que influem nas interações: mas, por outro lado, essas representações devem também se ter em conta particularmente se desejamos explicar as lutas cotidianas, individuais e coletivas, que transformam ou preservam estas estruturas”.

Embora esta afirmação marque uma clara posição frente ao dilema entre objetividade e subjetividade, Bourdieu se centra na análise das práticas cotidianas, posto que estas não estão determinadas de forma objetiva nem tampouco são o produto da livre vontade dos indivíduos. O estudo e a elaboração de “modelos históricos” aparecem como necessários para compreender as ações e as instituições econômicas. Os estudos das relações sociais produzidas por ela, assim como as necessidades e formas que adquire esta ciência, não são de caráter exógeno, quer dizer, impostos a partir de estruturas externas às pessoas, a não ser, que são também fruto e produto da interação destas pessoas através do processo histórico. Neste sentido, Bourdieu aponta a necessidade de analisar as práticas econômicas de uma cultura concreta: “As disposições econômicas mais fundamentais, necessidades, preferências, propensões, não são exógenas, quer dizer, dependentes de uma natureza humana universal, a não ser endógenas e dependentes de uma história, que é precisamente a do cosmos econômico no que são requeridas e recompensadas” (Bourdieu, 2003, P. 22).

Nesta pesquisa, estes aspectos se estudam em diferentes dimensões. Inspirando-se no conceito de *habitus* elaborado por Bourdieu e que tem como função, segundo o autor, “romper” com a alternativa entre mecanicismo e fatalismo, ou o que deve ser o mesmo, entre a determinação de umas causas e a determinação através de umas razões, e procurar uma estratégia holista. O *habitus* é, portanto, um produto da história, do estudo das práticas individuais e coletivas, e, em consequência, produtor, por sua vez, da história a partir destas práticas. Este conceito nos permite dar um sentido ao mundo social e às estruturas que não são impostas de forma uniforme entre os diversos atores.

Consideramos que a esquematização apresentada nas páginas anteriores sobre as formas de obtenção de conhecimento na sociologia científica e as possibilidades de síntese entre os níveis macro e microsociológicos propostos a partir da “dualização das estruturas” e a “subjetivação das estruturas”, são as possibilidades que melhor permitem vincular as questões expostas.

O funcionalismo de sociólogos como Merton defende que, para que resulte proveitosa, a pesquisa empírica em sociologia deve apresentar resultados “em relação imediata com as hipóteses” (MERTON, 1970, p. 109). A “objetividade” utilizada por Kant para indicar que o conhecimento científico tem que ser “justificável”, independentemente dos caprichos de alguém. Uma justificativa é “objetiva” se pode ser contrastada.

As correntes construtivistas e fenomenológicas sofrem de uma debilidade em nível estrutural, além de estar centradas na influência dos significados e os símbolos sobre a ação e a interação humanas. Estas correntes rejeitaram freqüentemente as técnicas científicas numéricas ou convencionais. Neste sentido, terei que acrescentar que os conteúdos de caráter qualitativo procedentes da subjetividade e da consciência não implicam necessariamente que não possam ser codificados e classificados, como alguns fenomenólogos argumentam.

O que pretendi enfatizar foi a necessidade de se formular uma série de questões de caráter ontológico e epistemológico no momento de se iniciar uma pesquisa. A proposta é a de adequar o método ao objeto de pesquisa, não de forma arbitrária, a não ser a partir de uma rigorosa análise deste objeto. O cientista social Franco Ferrarotti, ao se referir ao conhecimento científico, afirmava: "A tecnologia é a perfeição sem objetivos". Penso que seja preciso focar outro “conhecimento indígena” de que a humanização é "outro tipo de perfeição com objetivos”.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor. Zur Logik der Sozialwissenschaften. **Kölner Zeitschrift für Soziologie**, Colonia, n. 14, p. 251. 1962.
- ALVES-MAZZOTI, J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**. São Paulo, Pioneira, 2001.
- ANDER-EGG, Ezequiel. **Técnicas de investigación social**. México: Editorial El Ateneo. 21, edición, 1987.
- ANGERA, M. Teresa. **Metodología de la observación en las ciencias humanas**. Madrid: Edit. Cátedra. 1989.
- ARAGON, L. **Conservação e Desenvolvimento. No estuário e litoral amazônicos**. Belém, UNESCO, 2003.
- BAQUERO, Marcello. **Desafios da democratização na América Latina**. UFRGS 1999.
- BECKER, Howard. Extraído de Suzanne y Jean Peneff, Biographie et mosaïque scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62/63 junio 1986, p. 105-110.
- BELTRÁN, Miguel. Cinco vías de acceso a la realidad social. **Revista Española de Investigaciones Científicas**, n. 29, Madrid, 1985.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (1988). **A Construção Social da Realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes [1988], 2003.
- BISQUERRA, R. **Métodos de investigación educativa: guía práctica**. Barcelona: CEAC, 1989.
- BOUDON, Raymond. **Los Métodos en Sociología**. Barcelona: Redondo Editor, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. Social Space and Symbolic Power. In: **Sociological Theory**, n.7, 1989, p. 14-25.
- BOURDIEU, Pierre. **El oficio de científico**. Barcelona, 2003.
- BÖNISCH, S. Einige philosophisch-methodologische Fragen. FRIEDRICH, W. (Hrsg.) **Methoden der marxistisch-leninistischen Sozialforschung**. Ost Berlin, 1970.
- BRUNNER, J. **Actos de significado. Más allá de la revolución cognitiva**. 1990.
- CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall. 2002.
- COHEN, Louis; MANION, Lawrence. **Métodos de investigación educativa**. Madrid: Edit. La Muralla, Madrid, 1990.
- COOK, P.H.; REICHARDT, Ch. **Métodos cualitativos y cuantitativos en investigación evaluativa**. Madrid, Morata. 1997.
- COULON, Alain. **La etnometodología**. Madrid: Edit. Cátedra. [1987], 1998.
- CRABTREE, B.F.; MILLER, W.L. (eds). **Doing qualitative research**. London, Sage, 1992.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo, Cortez Editora, 1991.

- DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo, Editora Atlas, 1995. 3. edit.
- DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y. **Handbook of qualitative research**. Londres: Sage, 1994.
- DONATI, P. Pensamiento sociológico y cambio social: hacia una teoría relacional. **Revista Española Investigaciones Sociológicas**. Madrid, n. 63. p. 29-51, 1993.
- DURKHEIM, E. **Montesquieu and Rousseau**. Michigan: Ann Arbor, 1960.
- ENGELS, F. Feuerbach e o fim da filosofia alemã clássica. MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1985.
- EZRODT, Christian. Alfred Schütze. Ökonom und/oder Soziologe. Eine Kritik an Hartmut Essers Interpretation der Theorie von Alfred Schütz und an seiner definition der Situation. **Kölner Zeitschrift für Soziologie**, Colonia, Dezember 2000, p. 761-783.
- FRIEDRICHS, Jürgen. **Methoden empirischer Sozialforschung**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1980.
- GIDDENS, Anthony. **Central Problems in Social Theory: Action, Structure and Contradiction in Social Analysis**. Berkeley. University of California Press. 1979.
- GIDDENS, Anthony. **New Rules of Sociological Method: A Positive Critique of Interpretative Sociologies**. New York: Basic Books. 1976.
- GIDDENS, Anthony, **The Constitution of Society: Outline of Theory of Structuration**. Berkeley: University of California Press.
- GIDDENS, **Sociologia**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- GUBA, E.G. Criterios de credibilidad en la investigación naturalista. Gimeno SACRISTAN; Pérez GÓMEZ, **La enseñanza: su teoría y su práctica**. Madrid; Ed. Akal, 1983.
- HARNECKER, Marta. **¿Que es la sociedad?** La Habana, 1986.
- HILLMANN, Kart-Heinz; PONT VIDAL, Josep. **Diccionario Enciclopédico de Sociología**. Barcelona, Herder, 2001.
- IBÁÑEZ, Jesús. **Del algoritmo al sujeto: perspectivas de la investigación social**. Madrid, Siglo XXI, 1985.
- JAPIASSU, Hilton, **Introdução ao pensamento epistemológico**. 7. Edição. Rio Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 a 1997). **Cadernos ABESS**, n. 8 novembro 1998. p. 73.
- KUHN, Thomas. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1962/1970.
- KUHN, Thomas. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- LANGE, O. **Economía política**. México: Fondo Cultura Económica, 1966

- LATORRE, A; ARNAL, J. **Bases Metodológicas de la Investigación** Educativa. Barcelona: Jordi Hurtado editora, 1996.
- LEITE BARBOSA, Arnaldo Parente. **Metodologia de Pesquisa Científica**. Fortaleza, UECE, 2001.
- LIMA, Wilson. O dilema de vivermos uma época que agoniza. In: BAQUERO, Marcello. **Desafios da democratização na América**. UFRGS, 1999.
- McGUIGAN, F. **Psicologia experimental: uma abordagem metodológica**. São Paulo: EPU, 1960-1976.
- MERTON, Robert. **Teoría y Estructura Sociales**. México, Fondo Cultura Económica, [1957], 1970.
- MEYER, B. **Probabilidades, aplicações e estatística**. Rio de Janeiro: Livros técnicos, 1984.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa 1990/1991.
- MORIN, Edgar. **Sociologia. Macroplanetário a sociologia do microsocioal**. Lisboa: Editora Europea-Americana, 1998.
- MORIN, Edgar. A Necessidade de um Pensamento Complexo. MENDES, C. (org.) LARRETA, E. (ed.). **Representação e Complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 69-78.
- MOURA VASCONCELOS, Eduardo. **Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar. Epistemologia e Metodologia Operativa**. Editora Vozes. 2002.
- MOULY, G.L. **Psicologia Educacional**. São Paulo. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. 1974.
- MUCCHIELLI, Alex. **Diccionario de Métodos Cualitativos en Ciencias Humanas y Sociales**. Madrid: Ed. Síntesis [1996], 2001.
- PARENTE LEITE BARBOSA, Arnaldo. **Metodologia de Pesquisa Científica**. Fortaleza: UECE 2001
- PAULA FALEIROS, Vicente de. **Metodologia e Ideologia de Trabalho Social**. São Paulo: Cortez Editora, 1982.
- PAULO NETTO, José. El Servicio Social y la tradición marxista. BORGIANNI, Guerra, Montano (Org.) **Servicio Social Crítico. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- PONT VIDAL, Josep; FERMOSSO, Paciano. **Sociología de la Educación**. Valencia; Nau Llibres, 2000.
- PONT VIDAL, Josep. **Towards a European Education Act**. En: Octavi FULLAT; Francesc PEDRÓ; Angel PUYOL. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2002.
- PONT VIDAL, Josep. “Serviço Social: Consumidor ou produtor de conhecimentos? **TRILHAS**, jan/fev. 2007. Belém, UNAMA.
- POPPER, Kart. **A lógica da pesquisa científica**. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- SCHÜTZ, Alfred. **Fenomenologia del mundo social**. Buenos Aires: Paídos 1972.
- SCHÜTZ, Alfred, **Le chercheur et le quotidien**. Paris, Meridiens Klincksieck, 1987.

SILVA TRIVIÑOS, A.N. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

SOUZA SANTOS, Boaventura. **A Gramática do Tempo. Para uma nova cultura política**. São Paulo, Cortez Editora, 2006.

TAYLOR, S.J.; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación**. Barcelona, Ed. Paídos, 2000.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica a la modernidad**. Madrid: Ediciones Temas de hoy, 1999.

TRIPODI, Tony; FELLIN, Phillip; MEYER, Henry. **Análise da pesquisa social**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1981.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar. Epistemologia e metodologia operativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

VIDAL VILLA, J.M.:MARTINEZ PEINADO, J. **Estructura Económica y Sistema Capitalista Mundial**. Madrid: Pirámide Madrid, 1987.

WALDENFELS, Bernhard. **De Husserl a Derrida. Introducción a la fenomenología**. Barcelona: Paidós, 1997.

Revisão de Texto: Cary John Rocha de Oliveira